



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

CRISE MIGRATÓRIA 2015:
RESPOSTA EUROPEIA À CRISE DOS
REFUGIADOS

RAHIM BADHURALI USSENE

OUTUBRO 2023

**MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**CRISE MIGRATÓRIA 2015:
RESPOSTA EUROPEIA À CRISE DOS
REFUGIADOS**

RAHIM BADHURALI USSENE

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR ANTÓNIO GOUCHA SOARES

OUTUBRO 2023

Resumo

Este trabalho irá tentar enquadrar a crise migratória que a União Europeia, e os países vizinhos da Síria foram alvo, sendo que o evento que despoletou a crise foi a Guerra Civil Síria.

Serão abordadas as causas e as consequências que se seguiram à Guerra Civil Síria, passando depois para uma abordagem acerca das respostas da União Europeia e os seus Estados-membros de forma a lidar e mitigar a crise migratória que teve o seu auge nos anos de 2015 e 2016.

O acordo entre a União Europeia e a Turquia denominado de *EU-Turkey Refugee Deal* foi alcançado em março de 2016, tendo sido um ponto de viragem na crise. O estudo procurará encontrar as consequências deste acordo quer para os refugiados quer para os países envolvidos.

Existirá uma apresentação de possíveis cenários que poderiam minorar esta crise através de um apoio direto aos países de origem destes migrantes, bem como através de um apoio direto aos refugiados.

Palavras-Chave: Crise Migratória, Guerra Civil, Migrantes, Refugiados, Síria, Turquia, União Europeia

Abstract

This work will try to frame the migration crisis that the European Union, and Syria's neighbouring countries were targeted, and the event that triggered the crisis was the Syrian Civil War.

The causes and consequences that followed the Syrian Civil War will be addressed. Then moving on to an approach to the responses of the European Union and its member states to deal with and mitigate the migration crisis that peaked in 2015 and 2016.

The agreement between the European Union and Turkey called the EU-Turkey Refugee Deal was reached in March 2016, having been a turning point in the crisis, the study will seek to find the consequences of this agreement both for the refugees and for the countries involved.

There will be a presentation of scenarios that could alleviate this crisis through direct support to the countries of origin of these migrants, as well as through direct support to refugees.

Keywords: Civil War, European Union Migrants, Migration Crisis, Refugees, Síria, Turkey.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor António Goucha Soares, por toda a atenção, disponibilidade e paciência demonstradas ao longo da elaboração deste trabalho.

Uma palavra especial para os meus familiares e círculo de amigos mais próximos que sempre estiveram do meu lado encorajando-me nesta etapa importante da minha vida.

Não poderia deixar de mencionar todos os professores que fizeram parte do meu percurso académico, pois, cada um permitiu-me adquirir conhecimento e aprendizagens que me acompanharão para a vida.

Lista de abreviaturas

ANCUR - Agência das Nações Unidas para os Refugiados

EM - Estados-membros

EUA - Estados Unidos da América

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização da Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

RU - Reino Unido

UE - União Europeia

UNHCR - United Nations Refugee Agency

Índice

1. Introdução.....	8
2. Enquadramento	11
2.1. Movimentos Migratórios.....	11
2.2. Gestão da Crise Migratória	12
2.3. Segurança Migratória.....	13
2.4. Guerra Civil na Síria.....	14
2.4.1. O que motivou a rebelião	15
2.5. Quais as consequências	16
2.5.1. Como chegaram à Turquia.....	17
2.5.2. Quais as intenções dos refugiados da Síria acerca do regresso?	17
3. Resposta Europeia.....	19
3.1. Pedidos de asilo.....	19
3.2. Sistema Dublin versus Sistema de quotas.....	20
3.3. Relação UE-Turquia.....	23
3.3.1. EU Turkey pre Agreement	24
3.3.2. EU-Turkey Refugge Deal.....	25
3.4. Resultados do EU-Turkey Refugee Deal.....	25
3.4.1. Resultados para os refugiados	28
3.5. Resposta humanitária.....	29
3.5.1. Ação da agência Frontex	30
3.5.2. Chegadas e Mortes no Mediterrâneo	31
4. Hipotéticos cenários de resposta à crise migratória na Europa	33
4.1. Cenário 1.....	33
4.2. Cenário 2.....	34
5. Conclusão	37
6. Melhorias e Limitações do Estudo.....	39
Referências Bibliográficas	40
Anexos.....	47

1. Introdução

Síria, uma terra de contrastes. Tanto se orgulha das suas planícies férteis e das altas montanhas, como mostra desertos bastante áridos. Uma terra vasta que alberga vários grupos étnicos e religiosos, o que pode ser uma fonte geradora de conflitos.

A Síria moderna, a que se conhece agora, é resultado do final da Primeira Guerra Mundial, tendo ficado sob domínio francês. Entre as muitas voltas que o mundo deu, a independência chega a 24 de outubro de 1945, tendo sido, então, um dos vários membros fundadores da Organização da Nações Unidas (ONU).

Em 2000, Bashar al-Assad sucede a seu pai, Hafez al-Assad, que esteve no poder durante trinta anos. O seu papel veio mudar o rumo dos seus compatriotas, já que mostrou ser um ditador que, em 2014, foi acusado de crimes de guerra.

O ano de 2011 marca o início da Guerra Civil na Síria e o consequente êxodo sem precedentes de migrantes oriundos da Síria com destino a países vizinhos, incluindo Estados-membros da União Europeia, sendo o principal destino as ilhas gregas, fazendo a travessia via Turquia e mar Egeu.

A questão central deste estudo passará por identificar quais as soluções encontradas pela UE e pelos países parceiros para a resolução da crise dos refugiados.

Este trabalho propõe-se contextualizar a crise migratória de refugiados do Médio Oriente, principalmente sírios, a partir de 2015, na sequência da Primavera Árabe e a caracterizar a resposta europeia nas vertentes social, da política interna da União Europeia e das relações internacionais.

As respostas da UE, além de diversas, foram sendo ajustadas ao longo do tempo, devido à complexidade da situação. Contudo, nem sempre lograram a satisfação de todas as necessidades destes migrantes que procuram asilo na Europa, continente que oferece um cenário de paz e de acolhimento próspero.

A parceria entre a UE e países vizinhos, nomeadamente a Turquia, foi um fator-chave na procura da resolução quer da crise migratória, quer na tentativa de poder proporcionar uma melhor qualidade de vida aos migrantes, algo que nem sempre sucedeu de uma forma real e benéfica para todas as partes envolvidas.

Existiram momentos de alguma tensão entre a UE e a Turquia, bem como eventos catastróficos, nos quais milhares de migrantes perderam as suas vidas no mar Egeu, quando tentavam fazer a travessia via Turquia para o continente europeu.

Este trabalho irá abordar a questão dos direitos humanos que terão sido desrespeitados, bem como questões ligadas à segurança quer dos refugiados quer dos países envolvidos.

A seleção das fontes seguiu um critério de enquadramento e adequação aos temas presentes na investigação, assim como foi procurado ter em conta a qualidade e a credibilidade das fontes académicas e científicas, olhando para o reconhecimento que autores e as instituições detêm e procurando também a seleção de artigos académicos revistos por pares. As bases de dados consultadas foram *Clarivate*, *Jsto*, *Web of Science* e *Scopus* e a sua escolha encontra-se diretamente ligada à questão do prestígio e fidedignidade oferecida pelas mesmas dentro do meio académico.

Tiveram ao longo deste trabalho uma relevância fulcral as fontes institucionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e as suas agências, assim como a União Europeia e as suas agências e instituições.

De igual modo, foram consultados os meios de comunicação social, como fonte, uma vez que cobrem através de notícias e de artigos a temática presente nesta dissertação.

Alguns dos artigos consultados são anteriores a 2018, o que significa que são artigos com mais de cinco anos, algo que pode ser justificado pelo período de auge da crise migratória se ter enquadrado no período de 2015 e de 2016.

Este trabalho tem uma abordagem qualitativa, que procura providenciar ao leitor, em primeira instância, o enquadramento do tema da migração e as questões que se levantam numa crise migratória.

Algo que será abordado no segundo capítulo, onde se procura contextualizar as questões relacionadas com a crise migratória, onde serão tratadas as questões do movimento migratório, a gestão da crise migratória e a questão da segurança, onde é dado especial enfoque às causas que levaram à crise migratória, nomeadamente a Guerra Civil Síria, olhando para as causas e consequências que resultaram da mesma. “*The massive refugee waves from Syria are exacerbating the economic and social conditions of Syria’s neighbors and Europe itself*” (Balla, 2023).

No terceiro capítulo, foi procurado, através de pesquisa da literatura existente, descobrir que políticas e medidas foram tomadas com o objetivo de resolução e/ou mitigação da crise.

Dentro da investigação do trabalho, o *EU-Turkey Refugee Deal* demonstrou ser um ponto de viragem na gestão da crise migratória que a Europa enfrentava, sendo esta a maior crise migratória no continente europeu desde a Segunda Guerra Mundial.

Conforme Ignazio Corrao (2019), “*The European Council and Turkey reached an agreement aimed at stopping the flow of irregular migration via Turkey to Europe*”¹.

“*EU and Turkey on 18 March 2016, the deal outlines several initiatives for jointly addressing the Syrian refugee crisis and managing irregular and refugee migration into Europe.*” (Rygiel, 2016).

Foi de igual modo avaliado, tendo sempre como suporte a literatura disponível sobre o tema, que consequências tiveram as soluções e políticas executadas pela UE, Turquia e comunidade internacional.

No quarto capítulo, desta investigação procura-se traçar panoramas que podem minorar a crise, num cenário de maior apoio direto aos refugiados migrantes, para que fossem criadas condições com o apoio da UE, de permanência em território sírio, quer mediante uma atuação direta na fonte do problema, isto é, a UE junto da comunidade internacional, tentando amenizar ou terminar o conflito armado na Síria, quer pela via de apoios diretos às vítimas do conflito armado, de forma a que possam ter uma vida digna no seu país e/ou em países vizinhos, para garantir uma entrada ordenada em território de países como a Grécia e a Itália.

Na conclusão, baseada na pesquisa e na literatura consultada, serão discutidas as posições tomadas pela UE e que consequências estas posições tiveram para os refugiados, bem como na opinião pública do povo europeu.

¹ <https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/carriage/eu-turkey-statement-action-plan/report?sid=6901>

2. Enquadramento

2.1. *Movimentos Migratórios*

Importa olhar para a questão migratória perante três prismas. O primeiro será os movimentos migratórios, sendo enquadrado o movimento migratório gerado pela Guerra Civil da Síria.

Os movimentos migratórios têm vindo a ser cada vez maiores num mundo cada vez mais globalizado. De acordo com Adrian Edwards, do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), *“Migrants choose to move not because of a direct threat of persecution or death, but mainly to improve their lives by finding work, or in some cases for education, family reunion, or other reasons.”* (Adrian Edwards UNHCR, 2016).

A migração é vista como algo inerente à história da humanidade, muitas vezes considerada uma porta de oportunidade de aceleração e desenvolvimento económico, tecnológico e de inovação. Porém, quando estes fluxos migratórios ocorrem desajustados ou fogem de movimentos regulados, são vistos como crises migratórias que geram desafios para os países de destino.

*“[...] migration, particularly when it happens outside regulated schemes and controlled pathways, has been primarily represented and conceptualized as a ‘crisis,’ as an abnormal event that disrupts the ordinary course of social and economic activity (Martin et al., 2014)”*².

“A crisis is commonly identified as an extraordinary event leading to increased but temporal instability and uncertainty in the pre-existing status quo or perceived ‘normality’” (Sahin-Mencutek, Barthoma, Triandafyllidou, & Ela Gökalp-Aras, 2022).

Pode claramente descrever-se que a vaga migratória síria não se enquadra num movimento migratório regulado, pois a situação era nitidamente de fuga de um conflito armado, temendo os migrantes pela sua segurança e pela sua própria vida.

O enorme fluxo de migrantes sírios que chegaram à Europa prova que esta é, tal como já referido anteriormente, a maior crise migratória que a Europa teve desde a Segunda Guerra Mundial.

² Consultado em <https://comparativemigrationstudies.springeropen.com/counter/pdf/10.1186/s40878-022-00284-2.pdf>

Muitos sírios chegaram à Europa com o estatuto de refugiados, pelo que importa, então, traçar o perfil em que se enquadra a definição de refugiados.

“Refugees are persons fleeing armed conflict or persecution.” (UNHCR, s.d.). Os refugiados encontram-se protegidos pela Convenção de Genebra de 1951, que define os direitos dos refugiados, bem como as obrigações dos países signatários da Convenção no intuito de garantir a segurança dos mesmos.³

No entanto, esta definição de refugiado surgiu no contexto da Segunda Guerra Mundial. Nos dias de hoje, podemos ter refugiados que fogem de catástrofes climáticas, conflitos armados, bem como de crises alimentares.

A definição de asilado para a *Migration and Home Affairs* da Comissão Europeia é a seguinte

“In the global context, a person who seeks protection from persecution or serious harm in a country other than their own and awaits a decision on the application for refugee status under relevant international and national instruments...” (European Commission, 2023)

2.2. Gestão da Crise Migratória

Em segundo lugar, será abordada a gestão da crise migratória olhando com especial enfoque para os direitos humanos.

Quando se fala em gestão da migração, um dos pilares fundamentais é o respeito pelos direitos humanos. A gestão da migração é um tema que tem vindo a ser colocado em segundo plano a nível internacional pelos países.

Como referem Geiger & Pécoud (2010), *“Yet, despite the central role granted to international human rights law, migration management initiatives have not so far produced any binding commitment for states. As a matter of fact, they have even tended to avoid relying on the existing international law instruments that pertain directly to migration...”*

A ACNUR tem um papel fundamental na defesa dos direitos quer de migrantes quer de refugiados e pessoas que procuram asilo, pois *“As a matter of fact, migration management is sometimes used by states that wish to avoid the obligations imposed by international law, as in the cases of ‘preventive refoulement’* (Geiger & Pécoud, 2010).

³ <https://www.unhcr.org/1951-refugee-convention.html>

2.3. *Segurança Migratória*

O último aspeto do enquadramento do fenómeno migratório, antes da abordagem mais focada nos acontecimentos que geraram esta crise migratória, será centrada no quadro da segurança.

Quando o tema é a segurança na migração, esta pode ser apresentado sob vários aspetos. Desde logo, a segurança dos migrantes, as condições em que chegam, se a travessia do país de origem até ao país de destino é uma rota segura e de que forma a comunidade internacional pode encetar esforços de modo a melhorar as condições da travessia. Um ponto importante é o combate às redes de tráfico humano, que se aproveitam da posição frágil de pessoas desesperadas, em fuga do seu país rumo ao “sonho” de chegar a território seguro.

Outra vertente da segurança na migração que consiste num olhar importante é o modo como o país de destino dos migrantes vê e aborda a situação.

Uma entrada descontrolada de migrantes irá levar a grandes desafios para os países de destino, desde logo na questão da segurança e, principalmente, ao nível da capacidade das infraestruturas. Um país que seja o destino de um grande número de migrantes pode ver algumas das suas infraestruturas a serem colocadas em teste e algumas a não conseguirem dar resposta de qualidade exigível, quer para a população local quer para os novos migrantes.

No que concerne ao nível das infraestruturas de saúde, os hospitais e outras estruturas de apoio de saúde foram projetados e concebidos para dar resposta a um certo número de utentes. Ora, se o número de utentes destas estruturas de saúde dispara de forma exagerada, podem registar-se roturas. Isto levará a um decréscimo da qualidade dos serviços de saúde prestados à população local, bem como não será possível dar resposta aos migrantes.

Outra vertente, que se relaciona não só com a segurança dos migrantes, como com a abordagem dos países de destino, será a questão habitacional, pois, no caso dos refugiados, estarão alocados em campos de refugiados muitas vezes sobrelotados, sem condições dignas de segurança e sem que condições mínimas de dignidade humana sejam respeitadas.

A integração destes migrantes-refugiados na sociedade com condições mínimas de habitação leva a um enorme desafio logístico e de investimento por parte das

autoridades locais.

Já a opinião pública dos povos de países que acolhem muitos migrantes e refugiados condiciona em grande parte a tomada de decisão dos responsáveis políticos.

Um dos principais movimentos que teve consequências na geometria e organização da UE foi o Brexit, onde um dos principais argumentos apresentados pelos apoiantes da saída do Reino Unido (RU) da UE centrava-se precisamente na questão do número elevado de migrantes que o Reino Unido recebia, partindo-se da ideia de que com o RU fora da UE, esse número iria diminuir de forma substancial.

Dentro dos países que permaneceram na UE, fomos assistindo a um crescimento dos partidos mais anti-imigração. Os atentados de Paris, em 2015 foram um momento que gerou maior desconfiança e de crescente preocupação por parte das populações europeias em relação à chegada de migrantes e refugiados oriundos do Médio Oriente.

2.4. Guerra Civil na Síria

Neste ponto, será abordada a Guerra Civil na Síria, as causas e as consequências que foram criadas por este conflito armado.

A Primavera Árabe teve início na Tunísia, a 17 de dezembro de 2010 (Bastos, 2014). Quando o jovem Mohammed Bouazizi se imolou como forma de protesto contra as precárias condições de vida do povo tunisino e pela falta de oportunidades de trabalho, logo depois se sucederam manifestações por todo o país exigindo a demissão do Presidente El Abidine Ben Ali (Schumacher, 2012).

“A contestação alastrou-se a outros países do Médio Oriente e do Norte de África. Alcançaram a Síria a 26 de janeiro de 2011, onde as contestações visavam expor as estruturas obsoletas do sistema político, as deficientes condições socioeconómicas e a falta de liberdade no país” (Völkel, 2012). Tais contestações escalaram dando origem a uma guerra civil, na Síria, a 15 de março de 2011.

A Guerra Civil da Síria é um conflito complexo, pois nesta Guerra Civil encontram-se envolvidas várias forças.

O regime liderado por Bashar Al Assad, para além das suas fiéis forças militares, conta com o suporte de potências regionais, como a Rússia e o Irão, na batalha contra as forças de oposição e os grupos rebeldes.

Do lado do regime ditatorial, encontram-se, de igual modo, milícias como o

Hezbollah libanês, bem como as milícias xiitas originárias do Iraque e do Afeganistão.

As forças que lutam para desmoronar o regime de Assad, incluem os grupos rebeldes e a oposição ao governo, grupos como o Exército Livre da Síria (FSA), o Exército Sírio Livre (ESL), a Frente Al-Nusra e o Estado Islâmico (EI).

As forças curdas encontram-se em combate na tentativa de alcançar o controle e autonomia nas zonas do norte da Síria.

O permanente choque entre todas estas forças, levam a que a guerra civil cujo começo data de 2011, permaneça até aos dias de hoje sem expectativas de cessar através de uma posição de paz nem através de uma perspectiva de mudança de regime.

2.4.1. O que motivou a rebelião

A população estava claramente insatisfeita com a situação do país, sendo as suas principais queixas os elevados níveis de corrupção, o elevado desemprego e a falta de liberdades políticas, uma vez que o governo liderado pela família Assad desde 1970 suprime qualquer movimento contra o governo.

A Primavera Árabe foi a alavanca primordial para a Guerra Civil Síria. Um fenómeno que marca a relutância e descontentamento das populações da região contra regimes opressivos e um movimento que procurou instaurar uma mudança.

“Inspired by the Arab Spring uprisings in neighboring countries, pro-democracy protests erupted in parts of Syria in early 2011 and soon spread across the country amid a brutal crackdown by Assad’s regime.” (Creedon & Mariotti, 2021).

Outra das razões basilares deste movimento enquadra-se numa questão de rivalidades religiosas, sendo a maioria dos habitantes da Síria, seguidores do ramo sunita do Islão, por outro lado o regime de Assad é composto pela minoria alauita, uma variante do ramo xiita do Islão, além disso, a existência de grupos radicais islâmicos sunitas como o Estado Islâmico que foi ampliando a sua presença no país, levou a um incremento na tensão entre os ramos sunitas e xiitas.

A Síria é um país onde existem interesses estratégicos na região do Médio Oriente, sendo que potências regionais como a Rússia, a Turquia, o Irão, Israel e a Arábia Saudita possuem interesses ao nível político e económico. Estes países contribuem para o aumento da instabilidade política e militar na Síria, pois colocam os seus interesses em primazia de uma solução para a paz no país.

2.5. *Quais as consequências*

Este conflito criou uma das piores crises humanitárias do século XXI, onde mais de 11 milhões de sírios tiveram de abandonar as suas habitações e procurar refúgio em outras zonas do país, e maioritariamente em países vizinhos, ou no continente europeu. A Guerra Civil provocou milhares de mortes e feridos o que fez que milhares de famílias estejam em luto e traumatizadas, sendo que o sofrimento da população exacerbou ainda mais a ira dos combatentes rebeldes que se opõem ao regime. Portanto, dado o grande número de migrantes, este conflito armado coloca algumas dificuldades aos países que acolhem refugiados de guerra sírios.

Olhando agora para as outras consequências para a Síria além da crise humanitária, a guerra teve também efeitos devastadores na economia e no sistema financeiro do país e existem problemas graves prementes nas questões do setor da saúde e educacional.

Do ponto de vista económico, este conflito destruiu grande parte do tecido económico do país, onde fábricas, comércio, entre outras empresas e mercados, foram simplesmente arruinados. Isto gerou uma forte queda na riqueza e no Produto Interno Bruto (PIB) da Síria. Estas questões encontram-se de forma direta ligadas ao aumento considerável do desemprego e à situação de agravamento das condições de vida das pessoas.

A nível financeiro, o país sofreu fortes abalos, tendo ocorrido a falência de bancos e a libra síria sofrido uma desvalorização considerável. Em março de 2011, um dólar norte-americano valia cerca de 47 libras sírias, ao passo que no dia de 25 de maio de 2023, um dólar norte-americano vale 2512 libras sírias.⁴

Isto causou imensas dificuldades ao povo sírio no acesso ao crédito, poupanças e outros serviços financeiros primários.

A nível das condições no setor da saúde, a guerra levou ao colapso do sistema de saúde sírio, onde muitos hospitais foram destruídos, e de igual modo levou à escassez de equipamentos médicos e medicamentos, esta ocorrência gerou um acréscimo de doenças e problemas de saúde, nomeadamente gerou a propagação de epidemias e doenças infecciosas.

⁴ Consultada a taxa de câmbio em <https://www.xe.com/pt/currencyconverter/convert/?Amount=1&From=USD&To=SYP>

A nível de consequências no setor da educação, o conflito teve efeitos muito nefastos, pois levou a que muitas escolas e universidades fossem transformadas em ruínas, isto conduziu a que milhares de crianças e jovens ficassem sem acesso à educação, o que concebe um problema de enorme dimensão para o futuro do país.

Podemos verificar que as consequências da guerra tiveram um grande impacto para a sociedade síria, tendo afetado todos os seus setores. Assim, a comunidade internacional deverá intervir no sentido de que se possa alcançar uma solução de paz no país e na ajuda para a reconstrução da Síria para um povo que tanto sofreu em consequência da guerra.

2.5.1. Como chegaram à Turquia

Tal como já foi referido, com o início da Guerra Civil em 2011, houve milhões de deslocados internamente na Síria e uma enorme onda de migração de cidadãos sírios para países vizinhos.

A Turquia foi o país que recebeu mais refugiados sírios, cerca de 3,6 milhões.⁵

A UE, por seu lado, não conseguiu coordenar e providenciar uma resposta coletiva de acolhimento dos refugiados sírios. Em 2015, a Europa sofreu uma onda sem precedentes de migrantes. Esta onda colocou uma forte pressão sobre a Grécia e também sobre a Itália. Este grande fluxo de migração com destino ao território grego levou a que a UE encetasse negociações com a Turquia, de modo a controlar a migração com origem no Médio Oriente em direção ao território da UE. Segundo dados da International Rescue Comittee, chegaram à Europa cerca de 1,3 milhões de migrantes vindos essencialmente da Síria e, segundo dados da Comissão Europeia, 885 mil chegaram à Grécia.

As condições de receção destes migrantes eram desumanas. Nos campos de refugiados nas ilhas gregas, “*The islands rapidly became open detention centers, where people would spend months or years battling for their right to stay and receive protection in Europe and under the constant fear of being returned to Turkey*” (Eleftherakos et al., 2018).

2.5.2. Quais as intenções dos refugiados da Síria acerca do regresso?

De acordo com o *Seventh Regional Survey on Syrian Refugees Perceptions &*

⁵ Office User, M. (n.d.). UNHCR. www.unhcr.org

*Intentions on Return to Sirya*⁶, elaborado com as respostas de refugiados sírios no Egito, Iraque, Líbano e Jordânia, a maioria, 58%, dos inquiridos respondeu que mantém a esperança de um dia poder retornar à Síria.

Quando se inquire quanto ao regresso à Síria nos próximos 12 meses, a resposta é bastante diferente sendo que apenas 1,7% respondeu que tinha em mente o regresso no quadro de 12 meses. A percentagem aumenta quando o cenário de regresso é colocado para os próximos cinco anos, sendo neste caso de 29% de inquiridos a responderem que vê como um cenário possível o regresso.

Estes dados são demonstrativos de que existe a esperança de regresso por parte dos migrantes sírios num período de longo prazo, e esta esperança encontra-se diretamente ligada à melhoria das condições existentes no país, sendo o cenário ideal um cessar-fogo e a procura de uma via de pacificação do país que possa depois conduzir a um processo de reconstrução, criando condições para o regresso de forma segura dos emigrantes sírios que alimentam esse sonho, para que possam ter uma vida digna e vejam respeitados os direitos humanos na Síria.

⁶ (Marshall & Gerlach, 2020) <https://data.unhcr.org/en/documents/details/93760>

3. Resposta Europeia

Figura 1



Fonte:

https://www.europarl.europa.eu/infographic/welcom-ing-europe/index_pt.html#filter=2020

3.1. Pedidos de asilo

Pode constatar-se na Figura 1 que o número de pedidos de asilo na UE foi registando um crescimento. Regista-se um número de pedidos de 259 400 no ano de 2010, aumentando para 309 040 no ano do início da guerra civil síria, 2011. O número de pedidos registou um ligeiro aumento em 2012, com 335 290 pedidos, ao passo que nos anos seguintes a tendência de crescimento foi superior, tendo chegado a 413 090 em 2013 e 626 960 pedidos em 2014.

No ano de 2015, registou-se o pico no que ao número de pedidos de asilo diz respeito, tendo-se chegado a 1 321 600.

Como se pode verificar também na Figura 1, disponibilizada pelo Parlamento Europeu, o número de pedidos de asilo diminuiu após o *EU-Turkey Refugge Deal*, registando-se um decréscimo significativo entre 2016 e 2017, de 1 259 955 para 705 705, ou seja, um decréscimo de 43,99%.

Nos anos seguintes, os números registam uma estabilização, sendo que em 2018 o número se cifrou em 646 235, o que significa um decréscimo em relação a 2017. Já em 2019, registou-se um aumento em comparação a 2018, tendo o número de pedidos sido de 721 075. Em 2020, registou-se um decréscimo significativo, sendo o número de pedidos de asilo de 471 630, representando um decréscimo de 34,59%.

Pela perspetiva do número de pedidos de asilo para os EM da UE, pode constatar-se que o *EU-Turkey Refugee Deal* teve um impacto na sua diminuição, uma vez que o acordo foi celebrado em março de 2016 e é após esse período que se verifica a diminuição do número de pedidos de asilo comparativamente aos anos prévios ao acordo entre a UE e a Turquia.

3.2. *Sistema Dublin versus Sistema de quotas*

A UE estava, claramente, receosa de perder o controlo das suas fronteiras externas, como prova a declaração a 27 de novembro de 2015 na altura o primeiro-ministro dos Países Baixos, Mark Rutte, na qual estabelece uma comparação com o Império Romano “*Big empires go down if the external borders are not well-protected.*”⁷

Atravessava-se um período muito complicado ao nível da gestão das fronteiras externas e internas da UE, sendo que a sobrevivência do espaço Schengen estava colocada em causa. O colapso de Schengen poderia abalar de forma significativa ou até mesmo ditar o fim do projeto europeu, como constata a declaração de Jean Claude Juncker, à data o presidente da Comissão Europeia, a 25 de novembro de 2015, “*Schengen is one of the main pillars of the construction of Europe.*”⁸

A UE sofreu várias crises ao longo dos últimos anos, nomeadamente a crise económico-financeira, sendo que esta crise migratória foi apontada como um teste à União pelo ex-presidente do Conselho Europeu Donald Tusk, “[...] *the migratory crisis is testing our Union to its limits*” (Tusk 2016).

Os EM da UE adotavam posições distintas, com a Alemanha a liderar os esforços para a resolução da crise migratória europeia, suspendendo o protocolo de Dublin,

⁷ “Can the Schengen Agreement Survive the EU Refugee Crisis?” Consultado em <https://www.europeaninstitute.org/index.php/ei-blog/276-february-2016/2129-can-the-schengen-agreement-survive-the-eu-refugee-crisis-2-18> consultado a 22/06/2022

⁸ “Juncker: Euro doesn't make sense without Schengen” Consultado em <https://euobserver.com/migration/131265> a 23/06/2022.

protocolo em que se encontra previsto que os refugiados requerentes de asilo permaneçam no EM da UE que foi a porta de entrada das fronteiras da UE.

O Gabinete Federal Alemão para as Migrações e Refugiados ratificou uma ordem de suspensão do chamado Protocolo de Dublin. “*Germany will become the member state responsible for processing their claims,*” (Harvard Kennedy School, 2020)

O Regulamento de Dublin, estabelecido em 2013, é um acordo que define as regras para determinar o Estado-membro responsável pelo processamento do pedido de asilo de um indivíduo dentro da UE. O objetivo do regulamento é garantir que a responsabilidade pelo processamento do pedido de asilo seja atribuída ao Estado-membro com o qual o requerente tem maior ligação. No entanto, a Alemanha tinha sido criticada por não cumprir este regulamento, o que levou a respostas de países como a Polónia, a Hungria e a República Checa. Este subcapítulo irá explorar a posição da Alemanha em relação ao Regulamento de Dublin e as respostas dos países mencionados.

A Alemanha é um dos principais países de destino para migrantes e requerentes de asilo na União Europeia. Em 2015, a Alemanha recebeu um grande número de refugiados, principalmente da Síria e, desde então, tem sido criticada por não cumprir o Regulamento de Dublin. A Alemanha tem permitido que os requerentes de asilo permaneçam no país, mesmo que esse pedido tenha sido apresentado em outro país membro da UE.

Segundo Peter Altmaier, ministro chefe da chanceler alemã no período de dezembro de 2013 a março de 2018, a Alemanha não violou as regras do Regulamento de Dublin, mas sim decidiu suspender a sua aplicação em relação a certos requerentes de asilo em 2015, devido a "circunstâncias excecionais". A decisão da Alemanha de suspender a aplicação do Regulamento de Dublin foi justificada como uma medida de proteção para os requerentes de asilo, dado que muitos países de trânsito não garantiam um nível mínimo de proteção dos direitos humanos.

“*In summer 2015, German Chancellor Angela Merkel emerged as a leading figure in the Europe-wide response to the refugee crisis. On August 31, she issued a call to arms, declaring, ‘if Europe fails on the question of refugees, it won’t be the Europe we wished for.’*” (Toygür & Benvenuti, 2016).

Em maio de 2015, a Comissão Europeia elaborou um documento intitulado “*EU Agenda on Migration*”, com o propósito de dar resposta à situação emergente da migração

e definir as prioridades políticas.

Esta Agenda prevê de forma temporária o *Relocation System*, uma medida controversa, pois contraria o regulamento de Dublin.

“The Dublin regulation, which established regulations for assessing protection claims in the first country where a migrant is registered, put the weight of the migration pressure upon recipient countries, namely Italy and Greece” (Toygür & Benvenuti, 2016).

Este modelo de *Relocation System*, da Comissão Europeia, propunha um modelo de alocação dos refugiados entre os EM da UE, tendo em conta critérios como o PIB, a população, a taxa de desemprego, entre outros indicadores.⁹

Esta medida levou a discórdias e críticas por parte de alguns EM, mas recebeu o apoio da Alemanha, o país mais importante a nível político e económico da UE.

“In its proposal, the European Commission established a mandatory quota system to redistribute 40,000 migrants that are in Greece and Italy to other member states. The proposal, which Angela Merkel supported since its first draft, immediately sparked criticism among some countries” (Toygür & Benvenuti, 2016).

Um dos países que mais contestou esta medida foi a Polónia, através do seu primeiro-ministro: *“Polish Prime Minister Ewa Kopacz openly declared opposition to any kind of mandatory quota system and agreed to admit only Christian Syrian families into Poland”* (Toygür & Benvenuti, 2016).

Também outros países europeus tiveram posições contrárias ao pretendido pela Alemanha e pela Comissão Europeia, pelo que a proposta da Comissão Europeia tinha poucas ou nenhuma hipóteses de ser aceite unanimemente pelos EM.

“It soon became clear that the proposal stood no chance of being unanimously accepted.” (Toygür & Benvenuti, 2016).

⁹ Retirado de (Toygür & Benvenuti, 2016) que tem como fonte “COM (2015) 286 final, Proposal for a Council Decision establishing provisional measures in the area of international protection for the benefit of Italy and Greece,” European Commission

3.3. *Relação UE-Turquia*

A relação entre a UE e a Turquia tem sido uma relação de altos e baixos, sendo que a Turquia é um Estado com o estatuto de candidato a aderir à UE, estatuto obtido em 1999. O pedido de adesão remonta ao ano de 1987, à Comunidade Económica Europeia.

As negociações para a adesão da Turquia à UE iniciaram-se em 2005, tendo existido avanços e retrocessos neste processo.

No ano de 2008, houve lugar a progressos, “Em fevereiro de 2008, o Conselho adotou a versão revista da Parceria de Adesão com a Turquia. Trata-se de uma base que ajuda a preparar a Turquia para uma eventual adesão à UE, definindo os principais domínios prioritários e servindo de referência para medir os progressos realizados nas reformas.” (Conselho da União Europeia, 2023).

No ano de 2015 e de 2016, a Turquia, pela sua localização geográfica, revelou-se um parceiro fundamental para a UE, olhando para o objetivo desta de manter o controlo das suas fronteiras externas e da entrada do número de migrantes que tinham como objetivo a chegada ao território europeu. Este acordo será abordado mais detalhadamente no tópico *EU-Turkey Refugee Deal*.

Segundo o Conselho Europeu, as negociações para a entrada da Turquia na UE encontram-se estagnadas desde 2018. “Em junho de 2018, o Conselho observou, pela primeira vez, que a Turquia estava a afastar-se cada vez mais da UE, e que, por conseguinte, as negociações de adesão com a Turquia tinham chegado a um impasse...” (Conselho da União Europeia, 2023).

A Turquia revela-se ainda um parceiro importante a nível militar, pois é um país membro da NATO, assim como grande parte dos EM da UE:

Esta organização tem um papel fundamental para o posicionamento militar e geoestratégico da UE no panorama internacional. Assim, a Turquia é um país parceiro importante para UE e para os países pertencentes à NATO, no que concerne a questões geopolíticas, militares e de combate ao terrorismo.

3.3.1. *EU Turkey pre Agreement*

Em novembro de 2015, a Turquia e a UE concordam em colaborar para tentar resolver a questão dos migrantes oriundos da Síria. Este acordo serviu de base ao acordo celebrado a 18 de março de 2016 denominado de *Eu-Turkey Refugee Deal*.¹⁰

Este acordo visa essencialmente diminuir o fluxo de pessoas que chegam à UE, tendo existido pressão da opinião pública dentro dos EM, devido ao receio criado e à pressão criada principalmente pelas autoridades gregas devido ao fluxo de entrada de migrantes de forma desordenada.

Dentro da UE, existiram reações divergentes entre os EM, sendo que alguns deles não estavam dispostos a receber migrantes que chegavam à Grécia. Uma das principais razões apontadas para esta posição dos EM enquadra-se com o receio de uma reação negativa por parte da opinião pública dos respetivos povos. Existe geralmente uma perceção negativa por parte das populações dos países acolhedores de migrantes refugiados e esta perceção negativa é demonstrada em votos nas eleições.

O receio existente nas populações locais dos países acolhedores de refugiados encontra-se diretamente ligado ao receio do aumento de atividades terroristas em solo europeu, como demonstra a seguinte citação, “*Across Europe, about 50 percent believe that refugees are a major threat and will increase the likelihood of terrorism in their country*” (Stokes, 2016)¹¹.

Um acontecimento político bastante demonstrativo do receio e da não vontade de receção de muitos imigrantes foi o Brexit. Este movimento fez soar os alarmes na UE, temendo-se que se não se tiver em conta o sentimento anti-imigração das suas populações, isso poderá significar o fim do projeto europeu. “*One needs to look no further than the anti-immigration rhetoric that fueled Brexit debates*” (De Freytas- Tamura, 2016)¹².

“*Especiallly after Brexit, it has become clear that there is more at stake than popularity if policymakers in the EU do not take the anti-immigration sentiment of the public seriously; the EU could collapse if more refugees are accepted.*” (Mcewen, 2017).

¹⁰ (Haferlach & Kurban, 2017)

¹¹ McEwen, M. (2017). Refugee resettlement in crisis: The failure of the EU-turkey deal and the case of burden-sharing. *Swarthmore International Relations Journal*, 1(2), 20-32.

¹² Consultado em (Mcewen, 2017)

3.3.2. *EU-Turkey Refugge Deal*

Este acordo foi visto como um passo importante para a UE, permitindo-lhe ter um controlo maior na gestão da crise migratória e no controlo das suas fronteiras externas.

Um acordo histórico pelo seguinte facto, a UE define a Turquia como um país seguro para os migrantes.

“Esta é a primeira vez que a UE adota uma política de devolução de requerentes deasilos por terem passado por um "país seguro" fora da UE. Porque o acordo define a Turquia como um país seguro.”¹³

Os três-pontos chave do acordo do *EU-Turkey Refugge Deal*, segundo o *International Rescue Committee*, são:

1. “A Turquia tomaria todas as medidas necessárias para impedir que as pessoas viajassem irregularmente da Turquia para as ilhas gregas.”
2. “Qualquer imigrante ilegal que chegasse à Grécia seria encaminhado para a Turquia.”
3. “Por cada sírio que regressasse das ilhas, os EM da UE aceitariam um refugiado sírio que estivesse dentro da Turquia.”

Em troca destas concessões por parte da Turquia, a UE comprometeu-se a disponibilizar avultadas verbas para que a Turquia pudesse ter condições de receber este grande fluxo de refugiados. Inicialmente, a UE comprometeu-se a disponibilizar cerca de 3 mil milhões de euros.

3.4. *Resultados do EU-Turkey Refugee Deal*

O acordo entre a UE e a Turquia revelou-se, segundo Laura Batalla Adam¹⁴, eficaz na contenção das chegadas diárias de migrantes às ilhas gregas, passando, após o primeiro ano de aplicação do acordo, de 1700 chegadas diárias para uma média de 93 chegadas diárias.

“Além disso, o acordo alcançou o objetivo declarado de reduzir a perda de vidas no Mar Egeu, uma vez que o número de mortes no Mar Egeu diminuiu de 1.145 no ano

¹³ Consultado em (Mcewen, 2017)

¹⁴ (Batalla Adam, 2017) que cita dados da European Commission, Seventh Report in EU-Turkey Statement, 2.

anterior à declaração para 80 no ano seguinte”¹⁵

“After the deal, blocked entry to the rest of Europe transformed Greece overnight from a passageway to the final destination, as asylum seekers are left with no option but to apply for protection in Greece...” (McEwen, 2017).

A Grécia ficou condicionada no processo de devolver migrantes pois não pode processar rapidamente os pedidos de asilo, pois as autoridades gregas não conseguem dar resposta e outros EM da UE estão relutantes em ajudar

“Yet, in practice Greece can return only a limited number of migrants because it cannot process asylum claims quickly in its overwhelmed system, and other EU states are reluctant to assist” (Collett 2016).¹⁶

Enquanto isso, os refugiados vivem em situações precárias e desumanas, em tendas frágeis e expostas a condições climáticas desfavoráveis, principalmente no inverno.

Segundo dados da Comissão Europeia, existiam 6,7 milhões de cidadãos oriundos da Síria registados como refugiados, dos quais 3,6 milhões se encontram na Turquia. A UE comprometeu-se a alocar uma verba a rondar os 3 mil milhões de euros inicialmente atribuídos ao abrigo do Mecanismo para os Refugiados na Turquia. No total, a UE disponibilizou 24,9 mil milhões de euros.¹⁷ A UE, em colaboração com as autoridades turcas, tem procurado dar assistência às pessoas mais desprotegidas numa base de proporcionar as necessidades básicas humanitárias.

Segundo dados do Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, mais de 98% dos refugiados na Turquia vivem fora de campos em circunstâncias desafiantes e muitas vezes precárias.¹⁸

A Turquia, com a cooperação e apoio prestado pela UE, e de igual modo com organizações parceiras de ajuda humanitária, tem procurado manter e proporcionar uma vida minimamente digna e que possa satisfazer as necessidades primárias aos refugiados sírios. Esses apoios passam por disponibilizar o acesso a direitos e serviços básicos como

¹⁵ McEwen, M. (2017) que cita dados da European Commission, Seventh Report in EU-Turkey Statement,2

¹⁶ Consultado em (McEwen, 2017)

¹⁷ Consultado em: How Are We Helping? European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations Disponível em https://ec.europa.eu/echo/where/europe/turkey_en#ecl-inpage-463

¹⁸ Fonte:(Trends at a Glance, 2020) UNHCR Global Trends 2020, Disponível em: <https://www.unhcr.org/60b638e37/unhcr-global-trends-2020>

o acesso à saúde e à educação.

O programa *Emergency Social Safety Net* (ESSN) é um programa de assistência social que auxilia os refugiados a conseguirem ter acesso às suas necessidades diárias através de auxílio em dinheiro. Este programa já disponibilizou ajuda a mais de 1,5 milhões de pessoas. Organizações parceiras suportadas pela UE distribuíram mais de 700 000 *vouchers* eletrónicos, de pacotes alimentares entre outros bens e utensílios de primeira necessidade.

De forma a auxiliar os refugiados durante a pandemia de COVID-19, a UE ajustou a sua resposta humanitária de forma a fazer face a novas carências prementes. Exemplo disso, a UE proveu um pagamento extra em dinheiro para apoiar os refugiados de forma a apurar os efeitos devastadores decorrentes da pandemia. Desde 2017, a UE tem prestado apoio a famílias vulneráveis de refugiados cujas crianças frequentam regularmente a escola através de transferências de dinheiro ao abrigo das Transferências De Caixa Condicionais para a Educação (CCTE)¹⁹. Este programa humanitário da UE para a educação apoia, atualmente, mais de 695 000 crianças e espera-se que o apoio chegue a mais de 700 000 crianças que, desta forma, poderão continuar os seus estudos.

Estes programas possibilitaram de igual modo que as organizações parceiras da UE aprovisionassem, através do financiamento da UE, mais de 1 milhão de consultas de cuidados de saúde primários para os refugiados na Turquia.

Estes factos são demonstrativos da importância da ajuda da UE quer através de organizações não governamentais, quer da ajuda direta aos refugiados e, de igual modo, salientam a cooperação entre as instituições europeias com as autoridades turcas de modo a procurar mitigar a crise humanitária vivida pelos refugiados.

¹⁹ Consultado em *How Are We Helping? European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations* Disponível em: https://ec.europa.eu/echo/where/europe/turkey_en#ecl-inpage-463

3.4.1. Resultados para os refugiados

Neste subcapítulo será procurado demonstrar as difíceis condições que os refugiados são colocados nos campos de refugiados nas ilhas gregas.

Segundo dados apurados pela *The New Humanitarian* junto do ACNUR, mais de 4100 migrantes e requerentes de asilo habitavam a ilha de Kos em janeiro de 2020. A maioria chega em barcos pequenos oriundos da Turquia, sendo que alguns tinham sido transferidos para outras ilhas gregas.

Segundo a mesma fonte apurou junto das autoridades gregas, os requerentes de asilo podem ter um período de espera que pode chegar a um ano para verem os seus processos resolvidos. Ainda assim, existindo critérios de vulnerabilidade, como no caso das crianças, mulheres ou pessoas sobreviventes de atos de tortura, o processo de pedido de asilo pode ser processado de forma mais acelerada.

Estes dados e factos apurados pela *The New Humanitarian* são fortemente demonstrativos de que a UE e as autoridades dos seus EM, nomeadamente da Grécia, não conseguem no ano de 2020, cinco anos após o início da crise migratória, dar uma resposta eficiente e eficaz de modo a criar condições humanitárias dignas para quem procura asilo no território da UE.

O relato de um jovem, Mehdi, de 23 anos, que veio do Afeganistão, Vathy, Samos, em 2022, é esclarecedor quanto à situação vivida nesse ano.

“Living in the camp Closed Controlled Access Centre [CCAC] on Samos is a very difficult experience. They shouldn’t even give it the name ‘camp’; in my opinion it is a prison – there is no difference [...] We refugees are not guilty criminals, we are human, we came here with hope. Somali, African, Afghan, Arab – it doesn’t make a difference, we are all in the same situation.” (Panayotatos, 2022).

Relatos como este e os dados acima apresentados são demonstrativos de que dois anos mais tarde, em 2022, passados agora sete anos do início da crise migratória, a União Europeia continua a não conseguir criar condições para que os refugiados oriundos do Médio Oriente possam viver em condições dignas no território europeu.

Têm existido várias críticas ao *EU-Turkey Refugee Deal*, muitas delas com substância e razão por parte de ONG, mas, na verdade, sem este acordo as condições dos migrantes requerentes de asilo não seriam melhores na UE, visto que a Grécia não possui as infraestruturas e capacidade para receber tantos requerentes de asilo.

A resposta europeia não foi uniforme, vários países rejeitaram o sistema de quotas desenhado pela Comissão Europeia e pela Alemanha.

Esta falta de solidariedade de alguns EM coloca uma enorme pressão na Grécia, que é o país de destino dos migrantes que fazem a travessia via Turquia e pelo mar Egeu.

Sendo a solidariedade entre EM um dos pilares fundamentais da UE, o seu desrespeito não era bem visto, como os próprios líderes europeus assim o descreveram em várias intervenções. Donald Tusk, presidente do Conselho Europeu entre 2014 e 2019, afirmou que *“The lack of solidarity among EU member states is unacceptable. We need to work together to find a common solution to the migration crisis.”* (European Council , 2016).

3.5. Resposta humanitária

Várias ONG criticaram o *Eu-Turkey Deal*, entre as quais a Amnistia Internacional, desde logo porque este acordo entre UE-Turquia parte do pressuposto de que a Turquia é um país terceiro seguro para os refugiados, algo que do ponto de vista da *Humans Rights Watch* e da Amnistia Internacional não é verdadeiro. As próprias autoridades gregas responsáveis pela análise dos pedidos de asilo admitem que, em muitos casos, a Turquia acaba por não ser um país seguro para os refugiados sírios, *“Greece’s asylum appeals committees ruled in many instances that Turkey does not provide effective protection for refugees.”* (Kondylia Gogou, Amnesty International).

Esta posição das autoridades gregas levantou, segundo Kolynda Gogou da Amnistia Internacional, um problema para os refugiados, pois ficaram retidos nas ilhas gregas em condições miseráveis e de insegurança.

“The islands rapidly became open detention centers, where people would spend months or years battling for their right to stay and receive protection in Europe and under the constant fear of being returned to Turkey” (Eleftherakos et al., 2018a).

3.5.1. Ação da agência Frontex

A Frontex é a agência europeia responsável por gerir e controlar a entrada de migrantes nas fronteiras do território dos EM da UE. A agência foi criada em 2004, com o intuito de ajudar os EM da UE a protegerem e garantirem a segurança das suas fronteiras.

Esta agência foi alvo de bastantes críticas por parte de ONG aquando da gestão da crise migratória quer no mar Mediterrâneo, quer no mar Egeu.

Segundo a *Humans Rights Watch*, a Frontex falhou no cumprimento e respeito dos direitos humanos. “*Frontex has repeatedly failed to take effective action when allegations of human rights violations are brought to its attention*” (Eva Cossé, 2021).

Uma reportagem do jornal *Derspiegel* aponta que a Frontex foi cúmplice com as autoridades gregas, ao forçarem refugiados a regressarem ao mar.

“*Greek border guards have been forcing large numbers of refugees back to sea in pushback operations that violate international law. DER SPIEGEL and its reporting partners have learned that the European Union is also complicit in the highly controversial practice.*” (Christides, Giorgos ; Freudenthal, Emmanuel; Lüdke, Steffen ; Popp, Maximilian, 2020).

Esta reportagem conta com o relato de um jovem refugiado sírio que pensou encontrar-se seguro por estar em território europeu, mas as autoridades gregas desrespeitaram a lei internacional e enviaram os refugiados de volta para o mar.

“*Greek security forces captured the migrants. Under international law, it is their duty to give the new arrivals a hearing and field their applications for asylum. Instead, according to al-Badi, the officers dragged them back out to sea and released them on an inflatable rubber raft*” (Christides, Giorgos; Freudenthal, Emmanuel; Lüdke, Steffen; Popp, Maximilian, 2020).

Reportagens como esta por parte de meios de comunicação social de renome internacional, bem como relatos de ONG, são demonstrativos de que a Frontex e as autoridades gregas desrespeitaram os direitos humanos.

3.5.2. *Chegadas e Mortes no Mediterrâneo*

Segundo dados do ACNUR, morreram ou desapareceram entre 2015 e 2022 no mar Mediterrâneo cerca de 23 844 pessoas²⁰ que faziam a travessia para entrar em território europeu. Existindo uma estimativa de um número de mortes até junho de 2023 de 1025 pessoas, se somarmos os números, perfaz um total de 24 869 pessoas que morreram ou desapareceram na travessia rumo ao continente europeu (ver anexos II e III).

Se olharmos para os anexos V, VI e VII, podemos verificar que a chegada por via marítima sofreu uma grande diminuição, verificando-se no mês de outubro de 2015 o pico de chegadas, com um total de 222 800 chegadas pelas vias marítimas e terrestre, sendo que no mês de outubro de 2016 se registaram 32 434 chegadas, o que representa um decréscimo nos meses homólogos de outubro de 85,44%.

Tendo em conta que o *EU-Turkey Refugee Deal* foi celebrado em março de 2016, pode, através destes números, constatar-se a preponderância deste acordo para a diminuição das chegadas ao território europeu.

Apesar de uma diminuição no número de chegadas por via marítima, o número de mortes e desaparecidos não diminui de forma tão consistente, apesar de uma diminuição após o pico de mortes e desaparecidos que ocorreu em 2016, com 5096 mortos nesse ano. De facto, o número de mortos continua a ser bastante elevado e preocupante.

Este número ainda elevado de mortes e desaparecidos na travessia via marítima deve alertar os EM e as suas autoridades no sentido de um maior esforço para que possa ser diminuído.

O papel da agência *Frontex* poderá revelar-se fundamental para que estes números possam diminuir, pois é a perda de vidas humana que está em causa.

Olhando para a demografia das pessoas que chegaram ao continente europeu pela via marítima no mês de janeiro de 2022, verifica-se que 70,8% são homens, 19,3% crianças, e apenas 9,9% do número total são mulheres.

Estes números são claramente demonstrativos de uma crise humanitária e indicam que a UE e os seus EM não encetaram todos os esforços de modo a evitar que tragédias como as a que se assistiu no mar Mediterrâneo pudessem não ter ocorrido ou, de certo modo, que a atuação por parte das instituições da UE e dos EM não foi capaz de amenizar

²⁰ Dados recolhidos em <https://data.unhcr.org/en/situations/mediterranean> consultado a 23/07/2022

este flagelo de um número muito considerável de perda de vidas humanas.

4. Hipotéticos cenários de resposta à crise migratória na Europa

4.1. Cenário 1

Neste tópico será abordado de que forma o apoio aos países de origem dos refugiados poderá criar condições que estes refugiados permaneçam nos seus países de modo a diminuir os fluxos migratórios desregulados.

O apoio prestado pelos países e instituições internacionais aos países de origem dos refugiados pode ter, por exemplo, duas perspetivas.

A primeira perspetiva é que a ajuda estimula o desenvolvimento económico no país beneficiário e que ao melhorar as oportunidades económicas no seu país, eventualmente, a migração torna-se menos necessária ou menos atrativa.

A segunda perspetiva é que os programas de ajuda podem reduzir diretamente a motivação para migrar, aumentando os rendimentos dos potenciais migrantes e, portanto, deixando a migração de ser uma oportunidade vista como a melhor solução para a melhoria de vida.

Olhando para estas hipóteses, nas quais as verbas da Ajuda para o Desenvolvimento (APD) mitigam as necessidades primárias humanas, poderá esperar-se uma diminuição do fluxo de refugiados. De acordo com o estudo de (Axel Dreher, 2019) “Isto reflete-se num estudo recente sobre quase 900 refugiados sírios na Alemanha. 24% responderam que mais pessoas poderiam ficar na Síria se ‘a Europa e a comunidade internacional’ fornecessem mais ajuda humanitária à Síria.”²¹.

Esta solução de apoio pode ser vista quer a curto quer a longo prazo, sendo que a curto prazo, o apoio direto por parte da UE, e dos seus EM, é algo que já ocorre, como foi abordado no subcapítulo do *EU-Turkey Refugee Deal*. Este apoio, prestado quer aos refugiados, quer ao povo que permaneceu na Síria, visa mitigar o problema e surge numa tentativa de proporcionar as condições mínimas de vida para estas pessoas.

No entanto, é óbvio que este problema da Síria carece de uma solução mais profunda e estrutural, a qual será abordada no subcapítulo 4.2.

²¹ Consultado em: Axel Dreher, Andreas Fuchs, Sarah Langlotz, The effects of foreign aid on refugee flows, *European Economic Review*, Volume 112, 2019, Pages 127-147, ISSN 0014-2921, <https://doi.org/10.1016/j.eurocorev.2018.12.001> Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0014292118301958> Fontes apresentadas como fontes do estudo <https://www.adoptherevolution.org/en/pr-survey/>

4.2. Cenário 2

No cenário 2 será procurado entender de que forma a pressão através de sanções poderá levar à queda do regime ditatorial liderado por Assad.

A Guerra Civil síria, que teve início em 2011, levou a uma reação por parte da UE, nomeadamente através da implementação de sanções económicas sobre o regime sírio e as elites próximas do regime, tendo estas sanções o principal propósito de pressionar o regime sírio a terminar o conflito.

A primeira reação da UE foi de condenar fortemente a violação dos direitos humanos dos rebeldes que procuravam uma transição de regime por parte do regime liderado por Bashar Al Assad. A UE e os seus EM apelaram ao presidente Assad que permitisse uma transição pacífica e democrática. A UE e os seus EM pediram também ao Conselho de Segurança da ONU uma resposta a uma só voz por parte da comunidade internacional.

“The EU has called on President Assad to step aside and allow a peaceful and democratic transition. Together with EU Member States at the United Nations Security Council, the EU spared no effort to ensure that the international community speaks with one voice in full support of the UN-League of Arab...” (European Commission, 2012)²²

A Primavera Árabe, especialmente a situação na Síria, colocou em teste a UE enquanto ator político e a sua esfera de influência nas zonas de proximidade com as suas fronteiras, nomeadamente o Médio Oriente. *“The Arab revolts have placed revolutionary events at the doorstep of the EU and created a situation which calls upon the EU to demonstrate its ability to live up to its potential as a foreign policy actor* (Biscop et al., 2012; Schumacher, 2011)”.

No entanto, as sanções não levaram até ao momento a um impacto de tal modo significativo a ponto de levar à queda do regime de Assad. O regime de Damasco respondeu às sanções com um aumento do nível de violência dos ataques contra os seus opositores internos. Para mais, o apoio de potências regionais como o Irão e a Rússia foram uma ajuda para a manutenção do regime de Assad no poder. Ainda assim, as sanções complicaram a situação do regime sírio. *“Despite this the sanctions have contributed to making it difficult for the al-Assad family and the inner circles around it*

²² Consultado em (Seeberg, 2015)

to maintain dominance. [...]. The first dimension focuses on internal consequences. The second-dimension deals with regional implications, including how the regime is suffering a gradual marginalization in the MENA region. Finally, a third dimension focuses on the international perspectives of the Syrian crisis” (Seeberg, 2015).

Outra consequência das sanções ao regime sírio e a personalidades ligadas ao regime foi a criação de algumas dificuldades em certas elites sírias, o que levou à saída do país de personalidades ligadas ao regime de Assad.

“However, when sanctions were tightened during the second phase, it seemed that an increasing number of ‘defections’ within the business community did take place. Some of the members of the small, resourceful Syrian elite left and settled temporarily elsewhere [...] this, of course, was not the case for the individuals who had been ‘selected’ for sanctioning. (Abboud, 2013: 5).

A pressão colocada pelo segundo pacote de sanções por parte da UE criou um espectro de sanções com um impacto tal que pudesse levar à queda do regime. Mas no terceiro e quarto pacotes, vislumbrou-se que o impacto das sanções e limitações financeiras não seriam suficientes para levar à queda de Assad. A inexistência de uma oposição forte ao regime dentro da elite síria levou à inexistência da tomada de risco do círculo próximo de Assad para que tentasse derrubar o regime. A lealdade das elites e dos militares tem perpetuado a continuidade do regime liderado por Bashar Al Assad, gorando as expectativas das potências ocidentais de terminar a Guerra Civil síria pela via da queda do regime.

“The EU sanctions might have weakened the regime in Damascus at the same time as the internal war potentially made the Syrian regime lose its legitimacy and its backing among parts of the Syrian population” (Seeberg, 2015).

Como abordado previamente no subcapítulo 4.1, sobre as intenções dos migrantes sírios em regressar ao seu país, pode constatar-se que existe essa esperança e sonho para uma maioria dos inquiridos pelo *“Seventh Regional Survey on Syrian Refugees Perceptions & Intentions on return to Syria”*.

Estes dados demonstram que a UE, como figura central de influência política, económica e social, deverá encetar esforços junto de outras potências internacionais, desde logo os Estados Unidos da América (EUA), de modo a criar uma pressão maior através de sanções económicas rígidas ao regime sírio, e ao mesmo tempo adotar formas

de apoio direto ao povo sírio. Para que estes esforços tenham sucesso, a UE e os EUA deverão tentar trazer a esta luta uma transição pacífica de regime na Síria potências regionais, desde logo, países como a Arábia Saudita, a Turquia, o Egito, entre outros países árabes com influência nesta região do Médio Oriente.

Sabendo de antemão que há potências como a Rússia e o Irão que detêm fortes interesses na Síria, países que tem sido o grande suporte do regime sírio liderado por Assad.

Caberá, assim, à UE e aos EUA, como grandes potências ocidentais, intentar de igual modo uma diminuição da escalada do conflito, com o objetivo de um cessar-fogo e de uma transição pacífica para a Síria, através da diplomacia.

5. Conclusão

A instabilidade no Médio Oriente, especialmente a Guerra Civil na Síria, desencadeou um fluxo de migrantes que trouxe novos desafios aos vizinhos da Síria, como a Turquia e aos países da UE.

Muitas pessoas que fogem deste conflito armado procuram recomeçar as suas vidas em países seguros depois de serem forçadas a abandonar as suas casas e famílias, deixando tudo para trás em busca de segurança e da esperança de um novo começo.

Este fluxo de migrantes de que os EM da UE foram alvo gerou uma enorme pressão para os países destino destes migrantes, nomeadamente para a Grécia.

A sua proximidade geográfica da Turquia, país que acolheu o maior número de migrantes e refugiados sírios, levou a que as autoridades gregas pedissem auxílio às instâncias da UE, de modo a poderem dar uma resposta que não colocasse em causa a segurança destes migrantes, bem como suporte a nível logístico e de infraestruturas, pois a Grécia não tem capacidade de receber uma quantidade tao elevada de migrantes.

A resposta por parte da UE, e dos EM, foi díspar, com a Comissão Europeia e a Alemanha a tomaram a dianteira para resolver esta crise com duas soluções.

A primeira passou pelo conhecido acordo com a Turquia, denominado de *EU-Turkey Refugee Deal*. Este acordo visava travar o fluxo de entrada de migrantes para território da UE, e através de apoio financeiro prestado pela UE à Turquia, ficaria a Turquia com a responsabilidade de albergar um número elevado de migrantes e retê-los em seu território de forma que as entradas em território grego diminuíssem.

A segunda solução passou por uma medida adotada pela Alemanha, que suspende o regulamento de Dublin e permite que outros países da UE, que não tenham sido o primeiro destino de entrada em território europeu, possam receber e integrar estes migrantes e refugiados. O denominado de sistema de *quota sharing*, onde cada EM da UE deveria receber um determinado número de refugiados, tendo em conta critérios como a sua área geográfica, a sua população, o PIB, entre outros critérios que diferenciavam o número que cada EM deveria receber.

Foi nesta solução que se geraram mais discordâncias e diferentes posições entre os EM, com países com a Áustria, a Hungria, a Polónia e a República Checa a negarem este acordo e a não aceitarem receber migrantes e/ou refugiados oriundos da Síria.

Esta posição mais negativa por parte destes países, em relação ao sistema de

Quota Sharing, tem várias razões. Desde logo, pela posição mais conservadora dos seus governos, bem como pela pressão gerada pela opinião pública que se instaurou na Europa, com receios de ligação destes migrantes a grupos extremistas terroristas.

Estes receios ganharam maior dimensão depois dos ataques terroristas ocorridos em Paris em novembro de 2015, precisamente o ano em que se registou a maior chegada de migrantes oriundos do Médio Oriente.

Esta tomada de posição de maior renitência em receber migrantes levou a que o acordo com a Turquia ganhasse ainda maior relevância.

O *Refugge Deal* entre UE-Turquia, por outro lado, levantou questões por parte de ONG, pois para estas organizações, a Turquia não é um país seguro para os refugiados, além da questão central levantada em relação ao respeito pelos Direitos Humanos, que, pelo prisma das ONG, a Turquia não respeita e, segundo estas entidades, o acordo entre a Turquia e a UE não respeita de igual modo os Direitos Humanos.

Sendo que a o acordo entre a UE a Turquia não solucionou por completo a crise migratória, caberá à UE e aos seus EM procurar uma uniformização da política de migração e de acolhimento de refugiados, para que a pressão não seja colocada apenas sobre os países mais expostos pela sua posição geográfica.

A UE deverá trabalhar numa solução a longo prazo para fazer face a crises desta natureza de forma que a segurança dos seus EM seja salvaguardada, e que exista uma entrada ordeira de migrantes e/ou refugiados, sempre olhando para a premissa do respeito pelos Direitos Humanos.

6. Melhorias e Limitações do Estudo

Ao longo da elaboração deste estudo foram encontrados alguns aspetos que poderiam melhorar o mesmo, passando por um estudo com uma abordagem mais quantitativa.

Essa abordagem poderia ter sido feita com um trabalho mais de campo, com entrevistas a refugiados, e/ou a ONG ligadas ao fenómeno da migração.

Foram tentadas algumas abordagens informais a alguns refugiados de forma a realizar entrevistas, mas na sua grande maioria esse pedido de entrevista foi recusado. Esta recusa prende-se com questões como a falta de disponibilidade de agenda, em outros casos por receio de abordar temas que são sensíveis aos mesmos por levantarem temas que são traumáticos para os refugiados contactados.

Outra via foi a tentativa de contacto com a Plataforma Global de Assistência Académica de Emergência a Estudantes Sírios, promovida pelo ex-Presidente da República Jorge Sampaio, que foi responsável pela chegada de estudantes sírios a Portugal nos anos de 2013 e 2014, sendo que esta tentativa não foi bem-sucedida.

A embaixada da República Síria com jurisdição sobre Portugal encontra-se localizada em França, o que tornou o contacto de certa forma mais difícil.

Como alternativa à inexistência de relatos por via de entrevistas a refugiados sírios, foi tentado dar conhecimento de depoimentos de refugiados que se encontravam em campos de refugiados na Grécia, relatos esses presentes no subcapítulo “Resultados para os refugiados”, tendo sido retirados excertos de depoimentos do *site* da ONG *The New Humanitarian*.

Referências Bibliográficas

- Adrian Edwards UNHCR. (11 de julho de 2016). Obtido de <https://www.unhcr.org/news/stories/unhcr-viewpoint-refugee-or-migrant-which-right>
- Al-Khalidi, S. (2013). Síria adota o dólar após colapso da moeda local. Consultado em <https://www.reuters.com/article/manchetes-siria-moeda-idBRSPE95J04B20130620>
- Alexandra, M., Rosa, M., Luís, D., Valdez, N., & Rodrigues, F. (2020). European Union responses to the migration crisis [Master's thesis, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21023>
- Alpes, J. (2017). The EU-Turkey deal: what happens to people who return to Turkey? Maybritt Jill Alpes. <https://maybrittalpes.com/2017/04/03/the-eu-turkey-deal-what-happens-to-people-who-return-to-turkey/>
- Angeloni, S., & Spano, F. M. (2018). Asylum seekers in Europe: Issues and solutions. *Journal of International Migration and Integration*, 19(2), 473-495. <https://doi.org/10.1007/s12134-018-0556-2>
- António, P., Coelho, F., & Cruz, P. (2018). A política de asilo da União Europeia e a sua evolução motivada pela crise migratória [Master's thesis, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/27240>
- Axel Dreher, A. F. (2019). The effects of foreign aid on refugee flows, *European Economic Review*. 112. <https://doi.org/10.1016/j.eurocorev.2018.12.001>
- Bachiller López, C. (2023). Border policing at sea: Tactics, routines, and the law in a Frontex patrol boat. *The British Journal of Criminology*, 63(1), 1–17. <https://doi.org/10.1093/bjc/azac009>
- Balla, E. (22 de abril de 2023). <https://www.e-ir.info/>. Obtido de <https://www.e-ir.info/2023/04/22/the-european-unions-response-to-the-syrian-refugee-crisis/>
- Basile, L., & Olmastroni, F. (2020). Sharing the burden in a free riders' land: The EU migration and asylum policy in the views of public opinion and politicians. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46(16), 3357-3375. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1739474>

- Batalla Adam, L. (2017a). The EU-Turkey Deal One Year On: A Delicate Balancing Act. *International Spectator*, 52(4), 44–58. <https://doi.org/10.1080/03932729.2017.1370569>
- Betts, A., Collier, P., & Omata, N. (2019). Turkey as a "safe third country"? The impacts of the EU-Turkey Statement on Syrian refugees in Turkey. *UCL Discovery*. <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10081403/>
- Biner, Ö., & Biner, Z. Ö. (2021). Syrian refugees and the politics of waiting in a Turkish border town. *Social Anthropology*, 29(3), 831–846. <https://doi.org/10.1111/1469-8676.13081>
- Christides, G., Freudenthal, E., Lüdke, S., & Popp, M. (2020, October 23). EU Border Agency Frontex Complicit in Greek Refugee Pushback Campaign. *Der Spiegel*. <https://www.spiegel.de/international/europe/eu-border-agency-frontex-complicit-in-greek-refugee-pushback-campaign-a-4b6cba29-35a3-4d8c-a49f-a12daad450d7>
- Cihangir-Tetik, D., & Müftüler-Baç, M. (2018). Turkey's compliance with the European Union's development policy: a pattern of external differentiated integration? *Journal of European Integration*, 40(7), 939–959. <https://doi.org/10.1080/07036337.2018.1482291>
- Cocchini, A. (2021). A decade of war in Syria: Current situation and possible outcomes. *Global Security Review*. <https://globalsecurityreview.com/a-decade-of-war-in-syria-current-situation-and-possible-outcomes/>
- Conselho da União Europeia. (23 de maio de 2023). Política de Alargamento da UE. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/enlargement/turkey/#membership>
- Crawley, H., & Jones, K. (2021). Beyond here and there: (re)conceptualising migrant journeys and the 'in-between.' *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(14), 3226–3242. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1804190>
- Creedon, J., & Mariotti, A. (2021). From protests to civil war: Understanding Syria's decade of horror. *France 24*. Obtido em 29 de maio de 2023, de <https://www.france24.com/en/middle-east/20210316-from-protests-to-civil-war-understanding-syria-s-decade-of-horror>
- Da, P. S., & Bastos, S. (2014). A crise Síria: O papel da União Europeia [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa.

<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6903>.

- Dempsey, K. E., & McDowell, S. (2019a). Disaster depictions and geopolitical representations in Europe's migration 'Crisis.' *Geoforum*, 98, 153–160. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.11.008>
- Dias Pesqueira, C. (2018). A crise migratória na União Europeia: Um novo modelo de gestão de fronteiras [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/16518>.
- Dijstelbloem, H., & van der Veer, L. (2021). The Multiple Movements of the Humanitarian Border: The Portable Provision of Care and Control at the Aegean Islands. *Journal of Borderlands Studies*, 36(3), 425–442. <https://doi.org/10.1080/08865655.2019.1567371>
- Dimitriadi, A. (2016). The Impact of the EU-Turkey Statement on Protection and Reception: The Case of Greece. Retrieved from <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/>
- Eleftherakos, C., Van Den Boogaard, W., Barry, D., Severy, N., Kotsioni, I., & Roland-Gosselin, L. (2018). "I prefer dying fast than dying slowly", how institutional abuse worsens the mental health of stranded Syrian, Afghan and Congolese migrants on Lesbos Island following the implementation of EU-Turkey deal. *Conflict and Health*, 12(1), 38. <https://doi.org/10.1186/s13031-018-0172-y>
- EU-Turkey Relations. (2021). In *EU-Turkey Relations*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-70890-0>
- European Commission. (2023). Directorate-General for Migration and Home Affairs. Obtido de https://home-affairs.ec.europa.eu/networks/european-migration-network-emn/emn-asylum-and-migration-glossary/glossary/asylum-seeker_en
- European Commission-Questions and answers. (2021, April 13). Questions and Answers: Preliminary Figures on 2020 Official Development Assistance. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_21_1704
- European Commission. (2021). European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations. https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/index_en
- European Council. (13 de outubro de 2016). Obtido de <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/10/13/tusk-speech-epc/>

European Journal of Political Research, 59(3), 669–691. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12363>

European Migration Network. (2018). Annual Report on Migration and Asylum 2017 European Migration Network Explanatory note. https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/networks/european_migration_network/reports/docs/emn_annual_report_2017_explanatory_note_en.pdf

European Parliament. (2016). Towards a new policy on migration - Carriages preview | Legislative Train Schedule - European Union. <https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-towards-a-new-policy-on-migration>

Galantino, M. G. (2022). The migration–terrorism nexus: An analysis of German and Italian press coverage of the ‘refugee crisis.’ European Journal of Criminology, 19(2), 259–281. <https://doi.org/10.1177/1477370819896213>

Geiger, M., & Pécoud, A. (2010). The Politics of International Migration Management. PALGRAVE MACMILLAN. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/292151673_The_Politics_of_International_Migration_Management/link/56ab445008aed5a0135afd40/download

Goalwin, G. J. (2018). Population exchange and the politics of ethnoreligious fear: The EU-Turkey agreement on syrian refugees in historical perspective. Patterns of Prejudice, 52(2–3), 121–134. <https://doi.org/10.1080/0031322X.2018.1433011>

Grigonis, S. (2017). EU in the face of migrant crisis: Reasons for ineffective human rights protection. International Comparative Jurisprudence. <https://doi.org/10.1016/j.icj.2017.01.003>

Haferlach, L., & Kurban, D. (2017a). Lessons Learnt from the EU-Turkey Refugee Agreement in Guiding EU Migration Partnerships with Origin and Transit Countries. Global Policy, 8, 85–93. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12432>

Harvard Kennedy School. (16 de novembro de 2020). Obtido de <https://case.hks.harvard.edu/wir-schaffen-das-angela-merkel-and-germanys-response-to-the-refugee-crisis-in-europe/>

Helme, K. (2021). The Implications of the EU-Turkey Refugee Agreement on the EU’s Role as an International Human Rights Actor. Australian and New Zealand

- Journal of European Studies, 10(2).
<https://doi.org/10.30722/anzjes.vol10.iss2.15198>
- Hintjens, H. (2019). Failed Securitisation Moves during the 2015 'Migration Crisis'. *International Migration*, 57(3), 5-20. <https://doi.org/10.1111/imig.12597>
- How are we helping? (2020). https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/where/middle-east-and-northern-africa/syria_en
- Ignazio CORRAO. (20 de novembro de 2019). <https://www.europarl.europa.eu/portal/en>.
Obtido de <https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/carriage/eu-turkey-statement-action-plan/report?sid=6901>
- Journal of International Migration and Integration*, 19(2), 473–495.
<https://doi.org/10.1007/s12134-018-0556-2>
- Knappert, L., Kornau, A., & Figengül, M. (2018). Refugees' exclusion at work and the intersection with gender: Insights from the Turkish-Syrian border. *Journal of Vocational Behavior*, 105, 62–82. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2017.11.002>
- Lebanon, J. (2022). Seventh Regional Survey on SYRIAN REFUGEES' PERCEPTIONS AND INTENTIONS ON RETURN TO SYRIA SYRIAN REFUGEES' PERCEPTIONS & INTENTIONS ON RETURN TO SYRIA. www.unhcr.org
- Mcewen, M. (2017). Refugee Resettlement in Crisis: The failure of the EU-Turkey Deal and the Case of Burden-Sharing. *Swarthmore International Relations Journal*, 2, 20–32. <http://works.swarthmore.edu/swarthmoreirjournal/vol1/iss2/6>
- McMahon, S., & Sigona, N. (2021). Death and Migration: Migrant Journeys and the Governance of Migration During Europe's "Migration Crisis." *International Migration Review*, 55(2), 605–628. <https://doi.org/10.1177/0197918320958615>
- Medzihorsky, J., Popovic, M., & Jenne, E. K. (2017). Rhetoric of civil conflict management: United Nations Security Council debates over the Syrian civil war. *Research and Politics*, 4(2). <https://doi.org/10.1177/2053168017702982>
- Miguel, H., & Garcia, A. (2017). A União Europeia e a crise migratória. O terrorismo e o conflito sírio [Master's thesis, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/85603>
- Muftuler-Bac, M. (2022). Externalization of migration governance, Turkey's migration regime, and the protection of the European Union's external borders. *Turkish Studies*, 23(2), 290–316. <https://doi.org/10.1080/14683849.2021.1943661>

- Office User, M. (n.d.-a). UNHCR. www.unhcr.org
- Perkowski, N. (2018). Frontex and the convergence of humanitarianism, human rights and security. *Dialogue*, 49(6), 457–475. <https://doi.org/10.2307/26979674>
- Pompeu Fabra, U., & Alpes, J. (2017). The EU-Turkey deal: what happens to people who return to Turkey? Migration Law as Family Matter View project Evidence- based assessment of migration deals: the case of Turkey View project Sevda Tunaboylu. <https://www.researchgate.net/publication/327285104>
- Revista UNISCI, 2021(57), 149–183. <https://doi.org/10.31439/UNISCI-124>
- Riddervold, M. (2018). A humanitarian mission in line with human rights? Assessing Sophia, the EU's naval response to the migration crisis. *European Security*, 27(2), 158–174. <https://doi.org/10.1080/09662839.2018.1451842>
- Rossi, E. (2017). Superseding Dublin: The European asylum system as a non- cooperative game. *International Review of Law and Economics*, 51, 50–59. <https://doi.org/10.1016/j.irl.2017.06.003>
- Saatçioğlu, B. (2020). The European Union's refugee crisis and rising functionalism in EU-Turkey relations. *Turkish Studies*, 21(2), 169–187. <https://doi.org/10.1080/14683849.2019.1586542>
- Seeberg, P. (2015). The EU and the Syrian Crisis: The Use of Sanctions and the Regime's Strategy for Survival. *Mediterranean Politics*, 20(1), 18–35. <https://doi.org/10.1080/13629395.2014.896314>
- Sirkeci, I. (2017). Turkey's refugees, Syrians and refugees from Turkey: a country of insecurity. 1, 127–144. www.migrationletters.com
- Smeets, S., & Beach, D. (2020). When success is an orphan: informal institutional governance and the EU–Turkey deal. *West European Politics*, 43(1), 129–158. <https://doi.org/10.1080/01402382.2019.1608495>
- Temprano-Arroyo, H., European University Institute, Robert Schuman Centre, & Migration Policy Centre. (2019). Using EU aid to address the root causes of migration and refugee flows. [PDF file]. European Union Publications Office. https://op.europa.eu/publication/manifestation_identifier/PUB_QM0419156EN
- The New Humanitarian. (2020). On Greece's Kos, asylum seekers complain of inhumane conditions and neglect. Retrieved September 30, 2023, from

<https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2020/1/16/Greece-Kos-refugees-asylum-Pyli>.

Toygür, İ., & Benvenuti, B. (2016). The European Response to the Refugee Crisis: Angela Merkel on the Move. IPC-Mercator Policy Brief. <https://ipc.sabanciuniv.edu/Content/Images/Document/the-european-response-to-the-refugee-crisis-angela-merkel-on-the-move-184f60/the-european-response-to-the-refugee-crisis-angela-merkel-on-the-move-184f60.pdf>

Tsourapas, G., & Zartaloudis, S. (2022). Leveraging the European Refugee Crisis: Forced Displacement and Bargaining in Greece's Bailout Negotiations. *Journal of Common Market Studies*, 60(2), 245–263. <https://doi.org/10.1111/jcms.13211>

TURKEY STATEMENT & ACTION PLAN. (2021). <https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-towards-a-new-policy-onmigration/file-eu-turkey-statement-action-plan?sid=401>

Turkmani, R., & Haid, M. (2016). The role of the EU in the Syrian conflict. [PDF file]. FES EU Office Brussels. https://brussels.fes.de/fileadmin/public/editorfiles/events/Maerz_2016/FES_LSE_Syria_Turkmani_Haid_2016_02_23.pdf

UNHCR. (2020). Global Trends in Forced Displacement 2020. <https://www.unhcr.org/60b638e37/unhcr-global-trends-2020>

UNHCR. (s.d.). Obtido de UNHCR global website: <https://www.unhcr.org/about-unhcr/who-we-are/1951-refugee-convention>

Zaragoza-Cristiani, J. (n.d.). RSCAS 2015/95 Analysing the Causes of the Refugee Crisis and the Key Role of Turkey: Why Now and Why So Many? <http://ssrn.com/abstract=2704901> Electronic copy available at: <https://ssrn.com/abstract=2704901>

Anexos

Anexo I



Fonte: European Commission. (2021). European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations.

https://ec.europa.eu/echo/where/europe/turkey_en#ecl-inpage-463

Anexo II

Previous years	Arrivals *	Dead and missing
2022	159,410	2,439
2021	123,318	3,231
2020	95,774	1,881
2019	123,663	1,510
2018	141,472	2,277
2017	185,139	3,139
2016	373,652	5,096
2015	1,032,408	3,771

* Include sea arrivals to Italy, Cyprus, and Malta, and both sea and land arrivals to Greece and Spain (including the Canary Islands). Data are as of 31 December 2021 for all countries.

Fonte: <https://data.unhcr.org/en/situations/mediterranean>

Anexo III

Dead and missing in 2023 (estimate)

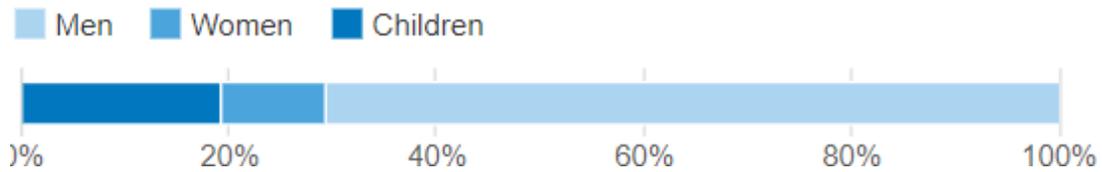
1,025

Last updated 04 Jun 2023

Fonte: <https://data.unhcr.org/en/situations/mediterranean>

Anexo IV

Demography of Mediterranean sea arrivals from January 2022



Fonte: <https://data.unhcr.org/en/situations/mediterranean>

Anexo V

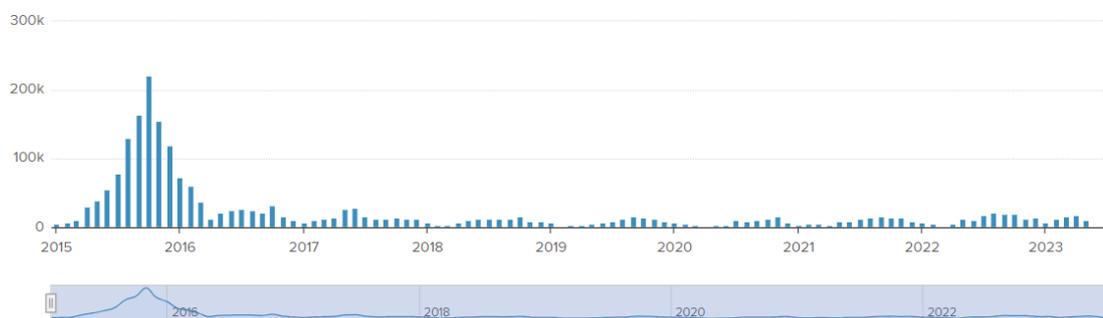
Sea and land arrivals monthly



Fonte: <https://data.unhcr.org/en/situations/mediterranean>

Anexo VI

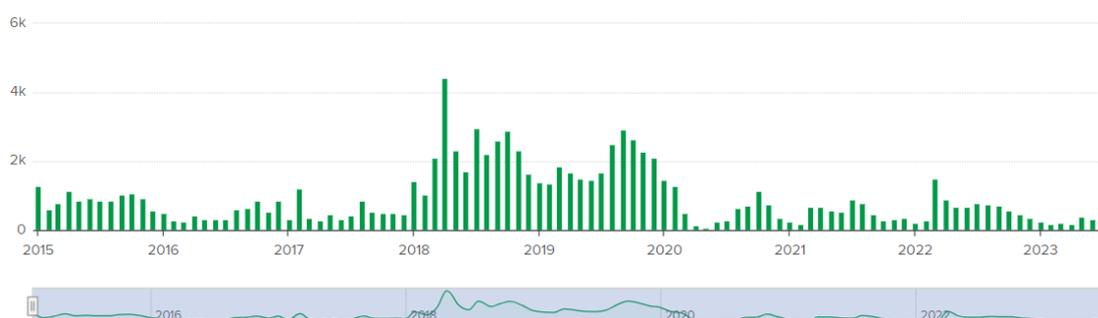
Sea arrivals monthly



Fonte: <https://data.unhcr.org/en/situations/mediterranean>

Anexo VII

Land arrivals monthly



Fonte: <https://data.unhcr.org/en/situations/mediterranean>